

TRÊS ANOS, QUATRO MESES E DEZ DIAS

No dia 10 de maio de 1985, ao assumir, o governador José Aparecido prometeu um governo de mãos limpas, que invertesse a tendência verificada até então, de privilegiar o Plano Piloto em detrimento das satélites, e empreendesse as obras fundamentais de que Brasília precisava. Com apenas quatro anos de fundação, a cidade tornou-se sede do poder militar, e, prevista para chegar no ano 2.000 com uma população de 500 mil habitantes, já estava então com mais de um milhão e meio de habitantes.

Ao encerrar-se seu governo, exatos três anos, quatro meses e dez dias depois, verifica-se que as metas foram cumpridas, apesar das dificuldades geradas por uma conjuntura desfavorável. Nesse período, Brasília — fundamentalmente pelo esforço do governador José Aparecido, que sugeriu a mudança do conceito sobre bem a ser preservado — entrou na lista dos patrimônios culturais da Humanidade, da Unesco, e em consequência foi elevada pelo Papa João Paulo II a Sé Cardinalícia, com a sagração do seu primeiro cardeal, Dom José Freire Falcão. Com tudo isso, ganhou novo "status", e hoje é referência mundial, parada obrigatória dos grandes grupos artísticos, nacionais e estrangeiros, sede dos principais congressos e seminários, nacionais e internacionais, o que significa um renascimento cultural.

Apesar da falta de recursos no País, e quase sem gastar dinheiro público, o Governador conseguiu tornar irreversível a conclusão do Plano Piloto, e dotou as satélites de obras fundamentais, inclusive com projetos de Oscar Niemeyer, como a Casa do Cantador, ponto de reunião de poetas populares de todo o País, localizada na Ceilândia. Foi construído o Gran Circo-Lar, com recursos da Fiat e do Banco Nacional, o Panteão da Pátria Tancredo Neves, doado a Brasília pela Fundação Bradesco; a Pira com o Fogo Simbólico da Pátria, doada pela Fundação Banco do Brasil e mantida acesa pela Petrobrás, o Espaço Niemeyer, atrás do Mastro e do Panteão, doado pela Serveng-Civilsan, o Museu de Arte Moderna de Brasília, próximo ao Memorial JK, financiado pela Fundação Banco do Brasil e prestes a ser inaugurado, a nova Catedral, toda pintada de branco e com vitrais de Mariane Peretti, obra financiada por empresários locais e pela Fundação Banco do Brasil, a própria Casa do Cantador, construída por empresários de Brasília; o Relógio do Sol, instalado pelo Observatório Nacional no Parque da Cidade. Além disso, Oscar Niemeyer projetou o Conjunto Cultural da Capital Federal, para ocupar os dois lados do Eixo Monumental, próximo à Rodoviária, com as sedes dos Ministérios da Cultura e da Ciência e Tecnologia, Museu, Arquivo e outros prédios públicos, e o Museu do Índio, que será construído no "campus" da Universidade de Brasília, UnB.

Com isso, e a declaração de Brasília como patrimônio da Humanidade, fica garantida a unidade do conjunto arquitetônico do Plano Piloto e mantidos os princípios do plano original de Lúcio Costa. Dá-se também um basta definitivo à especulação imobiliária. Niemeyer voltou a Brasília, ocupou durante todo o governo José Aparecido um es-

critório junto ao do Governador, pelo menos uma semana por mês, sem qualquer remuneração. Além disso, Lúcio Costa revisitou Brasília, e projetou seu adensamento e expansão para áreas bem definidas, sugerindo a fixação e o tombamento da Vila Planalto e a fixação da Vila Paranoá, o que foi feito, e construção de residências econômicas ao longo da malha viária entre o Plano Piloto e as cidades-satélites, inclusive para reduzir o custo dos transportes, o que foi iniciado. O Cauma ganhou nova dimensão neste Governo, transformando-se no guardião de Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade, e substituindo a Câmara Legislativa, enquanto esta não vem.

O governador atacou de frente os grandes problemas de Brasília

O governador José Aparecido também presidiu as primeiras eleições de Brasília, uma das mais tranquilas do País, e manteve um relacionamento em alto nível com o Judiciário — Tribunais de Contas do DF, de Justiça, Eleitoral e do Trabalho, da mesma forma com o Comando Militar do Planalto, e com o Executivo, trazendo diversas vezes ministros e o próprio presidente da República ao Palácio do Buriti, em defesa dos interesses de Brasília.

Outra marca do Governo está na preocupação com o meio ambiente e a cultura alternativa. Foi criada a Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, que aprovou toda uma legislação de meio ambiente para Brasília, iniciando um trabalho efetivo de fiscalização, e criou diversas áreas de proteção ambiental. Foi criado, também, o Instituto de Tecnologia Alternativa, para pensar e propor soluções de baixo custo e alto rendimento com utilização de tecnologias alternativas e ecológicas, como a Farmácia Verde de Brazlândia, que utiliza a fitoterapia (ervas e plantas medicinais). Apoiou a criação da Fundação Cidade da Paz, que se instalou na Granja do Ipê, mediante "concessão de uso", para criar a Universidade Holística Internacional de Brasília, com objetivos pacifistas e pensando uma nova sociedade para o Terceiro Milênio. Aliás, a nova destinação das Granjas, maiores símbolos da "mordomia" dos governos anteriores, é outra marca do governo José Aparecido: na Granja do Riacho Fundo, por exemplo, está funcionando o Instituto de Saúde Mental, hospital-dia que se propõe a pesquisar novos métodos de tratamento para doentes mentais, dentro de uma visão humanista e holística. Criou-se, também, o Procon, órgão de defesa do consumidor.

Os problemas fundamentais de Brasília foram atacados:

1 — Inverteu-se a tendência dos governos anteriores, e as cidades-satélites foram privilegiadas com 73,86% dos investimentos do governo, e Samambaia, a mais nova cidade-satélite,

hoje é uma realidade, com milhares de moradores, comércio crescente, indústria nascente, estradas sendo abertas.

2 — Nenhuma denúncia deixou de ser apurada, em comissões de inquérito e de sindicância abertas, com ampla participação da sociedade civil, e o governo se conclui sem nenhum escândalo.

3 — Dez mil moradias foram entregues, alteraram-se os critérios para obtenção de lotes ou casa própria, para atender prioritariamente os mais carentes e que moram em Brasília há mais tempo, e foram contidas, até certo ponto as "invasões".

4 — Iniciaram-se, com ajuda externa, as obras de despoluição do Lago Paranoá, com a construção das Estações de Tratamento Sul e Norte, e estão em fase final de negociação os projetos, já concluídos, de ampliação do abastecimento d'água, elevando-se em 20% as redes de água e esgoto.

5 — Os salários de médicos e pessoal da área de saúde foram equiparados aos do pessoal da Previdência Social, e os da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros aos do pessoal das Forças Armadas; aumentados os salários de professores e pessoal de ensino, com superação, pelo diálogo democrático, de diversas greves, ao longo dos mais de três anos de governo.

6 — As polícias Civil e Militar foram reequipadas. A PM teve aumento de seus efetivos, criação de novos batalhões e/ou companhias (para segurança de embaixadas, por exemplo, e para prevenção de incêndios florestais), dois helicópteros foram adquiridos, e o esquema de policiamento foi totalmente reformulado, com redução dos índices de criminalidade, invertendo-se o conceito de segurança, que deixou de privilegiar a segurança do Estado, passando a valorizar mais a segurança do cidadão.

7 — Os três orçamentos foram cumpridos sem déficit, e a arrecadação aumentou sem a criação de novos impostos. Houve a racionalização dos gastos, inclusive redução drástica do número de carros oficiais, e o BRB, que mudou de nome, aumentou o número de agências e postos de atendimento, e também seu movimento, tornando-se um banco realmente nacional.

8 — Áreas públicas foram resgatadas, com o combate aos loteamentos clandestinos, contidos em seu crescimento e, na medida do possível, desapropriados; coletivização das áreas verdes e construção da ciclovia do Lago Sul, onde surgiu, em torno do Restaurante Pontão, uma nova opção de lazer.

9 — Investimento maciço em novas escolas (construídas com argamassa armada na fábrica de escolas montada na Ceilândia); ampliação e remodelação das já existentes, e campanha de conscientização contra a depredação de prédios escolares.

10 — Criação de postos de saúde nas satélites e áreas rurais, inauguração do Hospital Regional da Asa Norte e reforma do Hospital de Base, além de reequipamento dos hospitais e remodelação de hospitais regionais.

11 — Aumento da produção agrícola e da população rural, caso único no País, e criação dos Combinados

Agrourbanos, considerados pelo Mirad, modelo de reforma agrária junto a centros urbanos.

12 — Criação do caixa-único nos transportes coletivos de Brasília, do vale-transporte e transportes subsidiados para deficientes e idosos, e deflagração do projeto do metrô de Brasília.

13 — Combate efetivo à erosão, com a criação de uma Secretaria Extraordinária, ao ponto de, no ano passado, apesar de a chuva ter sido além do normal, não ocorreu nenhum caso de erosão.

14 — Aberta a terceira pista na Ponte Costa e Silva, do Lago Sul, projetadas a terceira ponte do Lago Sul e a ponte do Lago Norte; construído o viaduto no entroncamento das vias que levam a Ceilândia, Taguatinga e Brazlândia, pela Via Estrutural, e duplicada a estrada que liga Sobradinho a Planaltina; duplicada também a pista no final do Lago Sul, construídas diversas estradas vicinais, iniciado o recapeamento asfáltico de toda a cidade, que não era renovado desde os anos 60; construídas passarelas sobre a Estrada-Parque Taguatinga; iniciada a urbanização da área entre as duas pistas do Lago Norte;

15 — Criada a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, e deflagrado o processo de industrialização, para geração de novos empregos e aumento da arrecadação, com encaminhamento ao Congresso, via Presidência da República, do Proin — Programa de Industrialização, além da criação de novas áreas industriais.

O problema da falta de moradias foi encarado com realismo

16 — Criada a Secretaria de Assuntos Econômicos e Reforma Administrativa, que encaminhou ao Congresso, via Presidência da República, projeto de reforma administrativa, propondo total reestruturação da máquina administrativa, inclusive com privatização de empresas, extinção de outras, e economia no custeio.

17 — Criação de uma política específica para o Entorno, visando conter a migração e melhorar as condições de vida nas cidades próximas a Brasília; localizadas especialmente em Goiás, mas também em Minas, com encaminhamento ao Congresso, via Presidência da República, do projeto do entorno".

São números absolutamente favoráveis: nenhum dos problemas básicos deixou de ser pensado, e atacado de frente. Priorizaram-se as satélites. As obras fundamentais foram realizadas. E Brasília tornou-se patrimônio da Humanidade, concluindo o Plano Piloto sem gastar recursos públicos, e erigindo um verdadeiro dique contra a especulação imobiliária, retomando-se o projeto original da mais nova capital do mundo. Brasília, enfim, retomou sua dignidade. Nas páginas seguintes, um pouco do muito que foi feito.